



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

PARECER: 56/2024–G3P/ML

ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DE DÉBITO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00012058/2023-22-e

EMENTA: 1. DÉBITO ORIUNDO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. IRREGULARIDADE NO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PASSAGEM DO MILITAR PARA INATIVIDADE. DESCONTO IMPLEMENTADO DE FORMA PARCELADA EM FOLHA DE PAGAMENTO. PAGAMENTO DE SALDO DA DÍVIDA COM BENEFÍCIO CONCEDIDO PELA ADESÃO AO REFIS – DF 2020. **NESTA FASE:** ANÁLISE DO PAGAMENTO PARCELADO. CONSTATAÇÃO DE VALOR RESIDUAL A FAVOR DO IMPUTADO.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A QUITAÇÃO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
3. PARECER **PARCIALMENTE CONVERGENTE** DO MPC/DF. DEVOLUÇÃO AO INTERESSADO DO VALOR RECOLHIDO A MAIOR.

1. Trata-se de processo de monitoramento da quitação do débito oriundo do julgamento de Tomada de Contas Especial, que apurou irregularidades no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade do Sr. Carlos Alberto Monteiro, integrante do CBMDF, conforme apurado no Processo nº 29.280/2011.

2. Como se depreende da Decisão nº 5.470/2014 e do Acórdão nº 584/2014¹, as contas do responsável foram julgadas **irregulares**, condenando-o ao recolhimento do valor de **R\$ 182.230,81 (cento e oitenta e dois, duzentos e trinta mil reais e oitenta e um centavos)**, acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

3. Irresignado com o **Decisum**, o responsável opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados conforme a Decisão nº 708/2015. Em seguida, interpôs Recurso de Reconsideração, o qual teve seu provimento negado por meio da Decisão nº 5.196/2015, mantendo na íntegra os termos da Decisão nº 5.470/2014 e do Acórdão nº 584/2014, anteriormente exarados.

4. Após a notificação do responsável, não houve a comprovação do recolhimento do valor devido. Como consequência, por intermédio do Ofício nº 10/2016-SECONT, os autos foram remetidos com a documentação necessária para que o CBMDF providenciasse desconto em folha de pagamento, o que foi devidamente implementado em fevereiro de 2016.

5. Posteriormente, o CBMDF informou a integralização do ressarcimento, após a adesão do responsável ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF/2020. Para comprovação da quitação do débito foi remetido a esta Corte o Processo

¹ Peça 1



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

nº 00053-00129.515/2020-81-e, instruído com a cópia de Ficha Financeira, com o desconto mensal em folha e apresentados os registros e informações referentes à sua adesão ao REFIS.

6. Ato contínuo, os autos foram remetidos para análise e manifestação da Assessoria Técnica e de Estudos Especiais, para a conferência dos pagamentos realizados via desconto em folha e atestar a regularidade daqueles realizados mediante as regras estabelecidas no Programa de Regularização Fiscal aderido, a fim de comprovar a regular quitação do débito.

7. A Unidade Técnica na Informação 28/2023², assim se manifestou:

“(…)

11. De acordo com os documentos apresentados pela Corporação, o desconto em folha foi implementado nos proventos do militar no mês de fevereiro de 2016, a partir de um valor total de R\$ 228.243,58 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos), atualizado em 10 de fevereiro de 2016, conforme eDOC: 87E299F7-e.

12. Além disso, o CBMDF também informou que o saldo devedor no mês de dezembro de 2020 era de R\$ 175.717,70 (cento e setenta e cinco mil e setecentos e dezessete reais e setenta centavos) e, ao aplicar o Decreto nº 41.463, de 12 de novembro de 2020, foi gerado o valor de R\$ 32.893,50 (trinta e dois mil e oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos, conforme e-DOC: 87E299F7-e

13. Tal valor foi quitado através do desconto de R\$ 1.533,03 (mil e quinhentos e trinta e três reais e três centavos) na folha de pagamento do mês de dezembro de 2020 e do desembolso do valor de R\$ 31.360,47 (trinta e um mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos) no dia 7 de janeiro de 2021, conforme Guia de Recolhimento da União – GRU (eDOC FD9C56C0-e).

14. Contudo, a situação em análise deve estar em concordância com a Lei Complementar nº 435/2001 e com a Emenda Regimental nº 13/2003 que era vigente a época.

15. Essa Emenda Regimental estabelecia “critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal”. De acordo com essa norma, o valor da dívida em questão deveria ser atualizado e acrescido de juros de mora, a partir da data de ocorrência do dano até o último dia do mês anterior ao que se iniciou o recolhimento parcelado, logo, até 31 de janeiro de 2016.

16. Assim, o valor da dívida em 31 de janeiro de 2016 era de R\$ 227.547,71 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), conforme cálculos obtidos por meio do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC, demonstrado abaixo:

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Incid. Juros	Data Atualização	Atualização Monetária	Multa	Juros Até 2019	Juros Pós-2019	Valor Corrigido
01/02/1997	R\$ 21.371,69		01/02/1997	31/01/2016	R\$ 48.214,77	R\$ 0,00	R\$ 157.961,25	R\$ 0,00	R\$ 227.547,71

17. No intuito de identificar o saldo da dívida quando da adesão ao REFIS-DF 2020 (dezembro de 2020), confronta-se esse valor total da dívida, com os descontos já realizados, conforme as fichas financeiras apresentadas pelo CBMDF. Dessa forma, apurou-se um valor de R\$ 175.053,86 (cento e setenta e cinco mil e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), conforme demonstrado a seguir:

² Peça 4.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

Saldo jan/16	Valor atualiz	Saldo jan/16	jan/16.	fev/16.	mar/16.	abr/16.	mai/16.	jun/16.	jul/16.	ago/16.	set/16.	out/16.	nov/16.	dez/16.
227.547,71	-	227.547,71	-	1399,50	1399,50	1399,50	1399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50
Saldo dez/16	Valor atualiz	Saldo jan/17	jan/17.	fev/17.	mar/17.	abr/17.	mai/17.	jun/17.	jul/17.	ago/17.	set/17.	out/17.	nov/17.	dez/17.
212.153,21	15.678,12	227.831,33	1399,50	1399,50	1399,50	1399,50	1399,50	1.399,50	1.399,50	1.399,50	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45
Saldo dez/17	Valor atualiz	Saldo jan/18	jan/18.	fev/18.	mar/18.	abr/18.	mai/18.	jun/18.	jul/18.	ago/18.	set/18.	out/18.	nov/18.	dez/18.
210.477,53	4.083,26	214.560,79	1539,45	1539,45	1539,45	1539,45	1539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45
Saldo dez/18	Valor atualiz	Saldo jan/19	jan/19.	fev/19.	mar/19.	abr/19.	mai/19.	jun/19.	jul/19.	ago/19.	set/19.	out/19.	nov/19.	dez/19.
196.087,39	6.980,71	203.068,10	1539,45	1539,45	1539,45	1539,45	1539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.539,45	1.399,50	1.399,50	1.399,50
Saldo dez/19	Valor atualiz	Saldo jan/20	jan/20.	fev/20.	mar/20.	abr/20.	mai/20.	jun/20.	jul/20.	ago/20.	set/20.	out/20.	nov/20.	dez/20.
185.014,55	6.234,99	191.249,54	1399,50	1399,50	1399,50	1399,50	1399,50	1.533,03	1.533,03	1.533,03	1.533,03	1.533,03	1.533,03	-
														Saldo dez/20
														175.053,86

18. Esse valor diverge do calculado pela Corporação, o qual está demonstrado na planilha de e-DOC 87E299F7-e (peça nº 5). Pelo registro do CBMDF o saldo da dívida em dezembro de 2020 era de R\$ 175.717,70 (cento e setenta e cinco mil e setecentos e dezessete reais e setenta centavos), e diante desse valor foi aplicado o benefício da Lei de Incentivo.

19. Ressalta-se que o REFIS - DF 2020 possibilitou o pagamento de débitos com percentuais de redução do principal atualizado e de juros e multas, inclusive as de caráter moratório, nas proporções definidas no art. 4º da Lei Complementar nº 976/2020. Dentre as opções legais, a condição aderida pelo Sr. Carlos Alberto Monteiro foi de redução de 50% do valor principal atualizado (data do fato gerador até 31 de dezembro de 2002) e redução de 95% nos juros e multas, inclusive as de caráter moratório, para pagamento à vista.

20. O CBMDF apresentou memória de cálculo com a inclusão do benefício do REFIS – DF 2020, identificando um saldo devedor de R\$ 32.893,50 (trinta e dois mil e oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

21. Porém, como ainda houve um desconto na quantia de R\$ 1.533,03 (mil e quinhentos e trinta e três reais e três centavos), na folha de proventos do militar no mês de dezembro de 2020, o importe exigido ao responsável foi de R\$ 31.360,47 (trinta e um mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos), via Guia de Recolhimento da União - GRU.

22. Já pelo cômputo desta Assessoria, o valor da dívida após a aplicação das regras do REFIS – DF 2020 era de R\$ 32.841,86 (trinta e dois mil e oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos). Após o supracitado desconto em folha no mês de dezembro de 2020, o total a ser recolhido era de R\$ 31.308,83 (trinta e um mil e trezentos e oito reais e oitenta e três centavos), consoante a seguinte memória de cálculo.

PROCESSO DE ORIGEM	29.280/2011		
DATA DO FATO	01/02/1997		
DATA DE ATUALIZAÇÃO	31/01/2016		
VALOR ORIGINAL	R\$ 21.371,69		
VALOR DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 48.214,77	% DO VALOR C/ ATUALIZAÇÃO + JUROS + MULTA	
ORIGINAL + ATUALIZAÇÃO	R\$ 69.586,46	30,58%	
JUROS ATÉ 2019	R\$ 157.961,25	69,42%	
JUROS APÓS 2019	-		
MULTA	-		
VALOR ATUALIZADO + JUROS + MULTA	R\$ 227.547,71	DESCONTOS DECORRENTES DO REFIS - DF 2020	
INÍCIO DOS DESCONTOS EM FOLHA	fev/2016.	PRINCIPAL ATUALIZADO - 50%	R\$ 26.765,74
SALDO QUANDO DA ADESAO AO REFIS - DF 2020	R\$ 175.053,86	JUROS + MULTAS - 95%	R\$ 6.076,12
PRINCIPAL (30,58%)	R\$ 53.531,47	TOTAL	R\$ 32.841,86
JUROS (69,42%)	R\$ 121.522,39	(-) PARCELA PAGA	R\$ 1.533,03
		TOTAL A PAGAR REFIS - DF 2020	R\$ 31.308,83
		TOTAL QUE FOI PAGO	31.360,47
		DIFERENÇA	(-) 51,64



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

23. Dessa forma, registra-se um valor residual de R\$ 51,64 (cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) em favor do Sr. Carlos Alberto Monteiro, decorrente da discrepância de cálculo aqui demonstrada. **Por se tratar de valor ínfimo entende-se não ser necessário promover a devolução ao responsável, em respeito ao princípio da economia processual.**” (Grifos acrescidos).

8. Ao final sugere, **in verbis**:

“I. tomar conhecimento:

a) da presente Informação;

b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 00053-00129.515/2020-81-e;

II. expedir quitação ao Sr. Carlos Alberto Monteiro em relação ao débito objeto da Decisão nº 5.470/2014 e ao Acórdão nº 584/2014, editados em sede do Processo nº 29.280/2011;

III. cientificar o interessado; e

IV. autorizar o arquivamento dos presentes autos.”

9. Os termos da instrução foram assinados pelo Chefe da Assessoria Técnica e de Estudos Especiais e acolhidos pelo Secretário-Geral de Controle Externo³ e, por meio do Despacho Singular nº 6/2025 – GCRR⁴, o presente processo foi encaminhado para a apreciação deste Ministério Público de Contas.

10. Após este breve relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

11. Inicialmente, registro que este **Parquet** de Contas possui entendimento **parcialmente convergente** com o manifestado pela Unidade Técnica na Informação nº 28/2023-ATE.

12. A parte convergente ratifica a adequada instrução processual no que diz respeito à adesão do responsável ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS/2020, aos cálculos apresentados e à documentação acostada, que autorizam à Corte a expedição de Acórdão de quitação ao responsável.

13. Por outro lado, **a divergência reside na desnecessidade de devolução do valor residual**, recolhido a maior, sob o argumento do princípio da economia processual. Do que dos autos consta, há uma diferença de **R\$ 51,64 (cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** em favor do imputado, que, na visão do **Parquet** especial, **deverá ser devolvida ao interessado, sob pena de enriquecimento sem causa do Poder Público**, o que macularia não apenas a credibilidade do Estado, mas especialmente a proteção à confiança do administrado.

³ Peça 4.

⁴ Peça 6.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

14. Deve-se, ademais, considerar o **princípio da unidade das Decisões**. Nesse sentido, a título exemplificativo, cito casos semelhantes nos quais a Corte determinou a devolução dos valores devidos ao interessado:

DECISÃO Nº 3.191/2022⁵

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 14/2022 – ATE e do Parecer nº 650/2022-G3P; b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 0010-001629/2006-e, que atestam o pagamento do débito imputado ao Sr. Francisco Barbosa Souto Neto, parte em desconto em folha de pagamento e parte com a utilização dos benefícios do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS – DF 2020; II – considerar o Sr. FRANCISCO BARBOSA SOUTO NETO quite com o erário, tendo em vista o recolhimento do débito que lhe fora aplicado pela Decisão nº 347/2014 e pelo Acórdão nº 107/2014, (Processo nº 15948/2011), parte em desconto em folha de pagamento e outra pela adesão ao REFIS-DF 2020; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – **determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que promova a devolução, na folha de proventos do Sr. FRANCISCO BARBOSA SOUTO NETO, do valor de R\$ 120,06 (cento e vinte reais e seis centavos), quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado nº 14/2022 – ATE;** V – dar ciência desta decisão ao interessado; VI – autorizar: a) a devolução do Processo de nº 0010-001629/2006-e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; b) o arquivamento dos autos.”* (Grifos acrescidos).

DECISÃO Nº 3.807/2022⁶

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 795/2022 – CBMDF/GABCG (e-DOC 4F9D450Cc), acompanhado dos anexos de Peças nºs eletrônicas 4/8, encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, comunicando e encaminhando documentações acerca da quitação do débito imputado ao Sr. Benedito Pereira, pela Decisão nº 3.126/2015 e pelo Acórdão nº 379/2015, que foi recolhido, parte, em desconto em folha de pagamento, e o valor remanescente por intermédio do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS – DF 2020; b) da Informação nº 29/2022-ATE (e-DOC B80812ED-e); c) do Parecer nº 772/2022-GIP/DA (e-DOC 2153777A-e); II – considerar o Sr. Benedito Pereira quite com os cofres públicos em relação ao débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 3.126/2015 e do Acórdão nº 379/2015; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – **autorizar: a) o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a promover a restituição, na folha de proventos do Sr. Benedito Pereira, do valor de R\$ 77,75 (setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado na informação a que alude o item I.b retro;** b) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia da Informação nº 29/2022-ATE, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado, bem como desta decisão; c) o encaminhamento desta decisão ao Sr. Benedito Pereira; d) a devolução do Processo nº 0010-001430/2006-e ao CBMDF; e) o retorno dos autos à Secretaria-Geral de Controle Externo/TCDF, para fins de arquivamento.”* (Grifos acrescidos).

⁵ Proferida no Processo nº 00600-00006573/2022-92-e

⁶ Proferida no Processo nº 00600-00009232/2022-79-e



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

DECISÃO Nº 4.279/2022⁷

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 30/2022 – ATE e do Parecer nº 832/2022- G4P/ML; b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo nº 0010- 001477/2006-e, que atestam o pagamento do débito imputado ao Sr. ILSON FERNANDES CAMILO, parte em desconto em folha de pagamento e parte com a utilização dos benefícios do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS – DF 2020; II – considerar o Sr. ILSON FERNANDES CAMILO quite com o erário, tendo em vista o recolhimento do débito que lhe foi imputado pelo Tribunal nos termos da Decisão nº 5204/2014 e Acórdão nº 538/2014, (Processo nº 3168/2014); III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que promova a devolução, na folha de proventos do Sr. ILSON FERNANDES CAMILO, do valor de R\$ 86,44 (oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado na Informação nº 30/2022 – ATE; V – dar ciência desta decisão ao interessado; VI – autorizar: a) o envio ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF de cópia da Informação nº 30/2022 - ATE, para conhecimento do cálculo que resultou no valor ora identificado; b) a devolução do Processo nº 0010-001477/2006-e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; c) a devolução dos autos à SEGECEX para arquivamento.” (Grifos acrescidos).

15. Assim, no presente momento, deve o Plenário determinar ao CBMDF que promova a devolução do valor residual recolhido a maior ao interessado, conforme demonstrativo elaborado pelo Corpo Técnico e autorizar a expedição de Acórdão de quitação.

16. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas **converge parcialmente** com as sugestões a Unidade Técnica na Informação nº 28/2023-ATE, propondo ao Plenário:

I. tomar conhecimento:

a) da Informação nº 28/2023-ATE e do Parecer nº 56/2024-G3P/ML;

b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 00053-00129.515/2020-81-e;

II. expedir quitação ao Sr. Carlos Alberto Monteiro em relação ao débito objeto da Decisão nº 5.470/2014 e ao Acórdão nº 584/2014 (Processo nº 29.280/2011);

III. determinar ao CBMDF que promova a devolução, na folha de proventos do Sr. Carlos Alberto Monteiro, do valor de R\$ 51,64, quantia identificada em favor do interessado, conforme demonstrado na Informação nº 28/2023-ATE, autorizando seu envio à Corporação;

IV. dar ciência da decisão a ser prolatada pela Corte ao interessado;

⁷ Proferida no Processo nº 00600-00009329/2022-81-e



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

V. autorizar o arquivamento dos presentes autos.

É o Parecer.

Brasília, 30 de janeiro de 2024.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição